



Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa do Serpro

2017/2018

SUMÁRIO

Deliberação do Conselho de Administração do Serpro.....	3
Identificação Geral.....	4
Mensagem do Presidente do Conselho de Administração do Serpro.....	6
Políticas Públicas e Governança Corporativa.....	8
1. Interesse público subjacente às atividades empresariais.....	8
2. Políticas Públicas.....	10
3. Atividades que atendem aos objetivos de políticas públicas.....	12
4. Recursos para o custeio e impactos econômico-financeiros decorrentes da operacionalização das políticas públicas.....	13
5. Atividades desenvolvidas.....	13
6. Estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos.....	20
7. Fatores de Risco.....	22
8. Políticas e práticas de governança corporativa.....	24
9. Dados econômicos e financeiros.....	27
10. Comentários dos administradores sobre o cumprimento das metas e dos resultados dos planos de estratégia e de negócio.....	28
11. Modelo de Governança Corporativa do Serpro.....	30
12. Descrição da composição e da remuneração dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal.....	33
Mensagem Final.....	37

Deliberação do Conselho de Administração do Serpro

O Conselho de Administração do Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro, empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda, considerando as disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, denominada Lei das Estatais, artigo 8º, incisos I, III e VIII; a regulamentação dada pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, artigo 13, incisos I, III e VIII;

DELIBERA:

Subscrever a Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa do Serpro – 2017/2018, em observância aos requisitos de transparência, reafirmando o compromisso da empresa com a consecução dos objetivos de políticas públicas, a contínua melhoria da governança corporativa, bem como o alinhamento às melhores práticas do mercado, de forma a atender:

- a) ao interesse coletivo ou ao imperativo de segurança nacional que justificou a criação do Serpro;
- b) à divulgação tempestiva e atualizada de informações relevantes, em especial aquelas relativas às atividades desenvolvidas, estrutura de controles e de gerenciamento de riscos, fatores de risco, dados econômico-financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal; e
- c) aos princípios e às diretrizes da governança corporativa.

Brasília, 21 de fevereiro de 2018.

NERYLSON LIMA DA SILVA
Presidente do Conselho

IÊDA APARECIDA DE MOURA CAGNI
Conselheira

IGOR MONTEZUMA SALES FARIAS
Conselheiro

MARIA DA GLÓRIA GUIMARÃES DOS SANTOS
Conselheira

NINA MARIA ARCELA
Conselheira

MARCELO DANIEL PAGOTTI
Conselheiro

Identificação Geral

Razão Social	Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro
CNPJ	33.683.111/0001-07
NIRE	5350000094-1
Sede	SGAN Quadra 601 – Módulo V – Brasília/DF
Tipo de estatal	Empresa Pública vinculada ao Ministério da Fazenda
Acionista controlador	União
Tipo societário	Não definido
Tipo de capital	Fechado (100% União)
Abrangência de atuação	Nacional
Setor de atuação	Tecnologia da Informação
Diretor de Administração / Financeiro	Antônio de Pádua Ferreira Passos E-mail: padua.passos@serpro.gov.br Contato: (61) 9924-9021 / (61) 99924-9021

Conselheiros de Administração subscritores

Nerylson Lima da Silva	CPF 821.475.664-20	Presidente do Conselho de Administração
Iêda Aparecida de Moura	CPF 820.132.251-72	Conselheira
Igor Montezuma Sales Farias	CPF 865.968.963-15	Conselheiro
Marcelo Daniel Pagotti	CPF 115.195.638-41	Conselheiro
Maria da Glória Guimarães dos Santos	CPF 214.103.561-91	Conselheira
Nina Maria Arcela	CPF 636.474.787-68	Conselheira

Conselheiros Fiscais

Manoel Joaquim de Carvalho Filho	CPF 183.994.521-49	Presidente do Conselho Fiscal
(S) Luis Felipe Vital Nunes Pereira	CPF 302.708.816-16	Conselheiro
(T) César Almeida de Meneses Silva	CPF 504.680.571-53	Conselheiro
(S) Maria D'arc Lopes Beserra	CPF 220.506.551-34	Conselheira
(T) Jersilene de Souza Moura	CPF 587.042.722-34	Conselheira
(S) Annalina Cavicchiolo Trigo	CPF 630.732.420-15	Conselheira

Diretores

Maria da Glória Guimarães dos Santos	CPF 214.103.561-91	Diretora-Presidente
André de Cesero	CPF 418.220.050-00	Diretor de Relacionamento com Clientes
Antônio de Pádua Ferreira Passos	CPF 121.595.901-00	Diretor de Administração
Antônio Luiz Fuschino	CPF 026.294.398-01	Diretor de Desenvolvimento
Iran Martins Porto Júnior	CPF 864.884.144-53	Diretor de Operações
Izabel Cristina da Costa Freitas	CPF 275.510.161-04	Diretora de Governança e Gestão

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração do Serpro

A palavra-chave que definiu o ano de 2017 no Serpro foi superação. Nesse período, a empresa conquistou um dos melhores resultados financeiros dos últimos 11 anos. O Serpro saiu de um cenário de prejuízo de 355 milhões, em 2015, para um lucro de 123 milhões em 2017. O termo superação ganhou destaque porque os resultados alcançados não foram fruto do acaso ou da melhoria das condições em torno da instituição, mas sim de um amplo processo de aperfeiçoamento da gestão empresarial.

A estratégia adotada para recuperação do Serpro incluiu ações iniciadas em 2016 e com impacto profundo na empresa, como a estruturação de linhas de negócio, a abertura para novos mercados, o desenvolvimento de produtos inovadores e, principalmente, um importante trabalho de estruturação nas questões de governança.

O norte dessa reestruturação empresarial foi a definição do propósito de “foco no cliente”. Essa decisão se traduziu em um Plano Estratégico e englobou diversas ações: mudanças no negócio, busca contínua da eficiência operacional, redução de custos e da inadimplência junto aos fornecedores e, principalmente, a retomada da confiança dos clientes na empresa.

E o Serpro logrou êxito em vários destes desafios. A empresa superou, em 4,2%, a meta de faturamento anual e obteve a liderança de mercado na indústria digital, de acordo com a edição 2017 da revista "Exame: Melhores e Maiores".

No campo da logística, o compromisso com a eficiência operacional movimentou a empresa para rever seus contratos com fornecedores, buscando economicidade e melhor administração, o que gerou uma redução de despesas da ordem de 17%.

Ações no âmbito da gestão de pessoas, como incentivo à aposentadoria, e da revisão da estrutura organizacional, como redução de órgãos e de funções de confiança, também geraram uma economia de R\$ 116 milhões na folha de pagamento.

Outro ponto importante foi o processo de renegociação das dívidas que permitiu à empresa, em 2017, gerar uma economia estimada de R\$ 6,3 milhões e zerar as faturas em atraso. Uma ação de extrema importância para a imagem e confiabilidade da empresa.

Ainda no campo da imagem, o Serpro deu um salto na visão dos clientes. A Pesquisa de Satisfação de Clientes 2017 indicou um índice de 80,4% de satisfação geral. Em 2016, esse índice já havia subido para 74,6%, contrapondo-se aos dados de 2014, que indicavam apenas 52,2% de satisfação.

Já na área da governança, o Serpro conquistou importantes realizações, tornando-se a primeira empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda a publicar o seu Estatuto Social em conformidade com a Lei das Estatais – Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, regulamentada pelo Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016. A empresa também lançou seu Programa Corporativo de Integridade, que conjuga e integra instrumentos e áreas de gestão e de controle, que visam prevenir, detectar, remediar e punir a ocorrência de irregularidades, fraudes, corrupção e desvios éticos.

Como resultado dessas ações de governança, o Serpro comemorou o recebimento do selo do IG-Sest - Indicador de Governança da Secretaria da Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, que busca conformidade com as melhores práticas de mercado e maior nível de excelência para as empresas estatais.

Alinhado a sua missão e ao compromisso de desenvolver soluções digitais que conectam governo e sociedade, o Serpro oferece serviços e soluções inovadoras que facilitam o relacionamento do cidadão com o Estado. Um dos destaques, em 2017, foi a expansão do aplicativo mobile SNE (Sistema de Notificação Eletrônica) que oferece até 40% de desconto em multas de trânsito. A CNH Digital também foi um marco, o documento digital traz como benefício a praticidade de portar um documento oficial no celular. Com isso, houve ainda a inserção do QR Code Lince na Carteira de Habilitação impressa, que traz como vantagem mais segurança e menor risco de fraude.

Destaca-se, ainda, o Sisen (Sistema de Controle de Isenção de IPI e IOF) que reduziu de três meses para três dias o prazo para que taxistas e pessoas com deficiência possam solicitar à Administração Pública a isenção fiscal sobre a compra de veículos. Sem falar nas inúmeras facilidades que são acrescentadas todos os anos à Declaração do Imposto de Renda e aos processos de exportação/importação, dentre outros sistemas administrados pelo Serpro.

E é por tudo isso que a palavra superação pode ser considerada, sem sombra de dúvidas, um símbolo para o trabalho de todos que se esforçaram para recolocar a empresa nos rumos de um futuro promissor, inovador e sustentável.

Nerylson Lima da Silva

Presidente do Conselho de Administração do Serpro

Políticas Públicas e Governança Corporativa

A Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa do Serpro, subscrita pelo Conselho de Administração, destina-se à sociedade e reúne as principais informações relativas às práticas de políticas públicas e de governança corporativa adotadas pela empresa, conforme detalhado a seguir.

1. Interesse público subjacente às atividades empresariais

O Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro, empresa pública vinculada ao Ministério da Fazenda, foi criado num cenário em que o Governo tinha o grande desafio de modernizar e reaparelhar a Administração Pública brasileira. Essa necessidade culminou, em 1962, na criação da Lei nº 4.155 que, entre outros objetivos, autorizava o Poder Executivo a “reorganizar as repartições arrecadadoras”.

Nesse contexto, a Fundação Getúlio Vargas - FGV foi contratada com a missão de executar a reestruturação do Ministério da Fazenda. Após o mapeamento de entraves que permeavam o sistema fiscal brasileiro, a FGV propôs a criação de uma nova estatal responsável pela automação do processo de arrecadação fiscal, a Computadora Federal S.A - CONTASA. Entretanto, após algumas alterações no projeto inicial, a CONTASA passou a se chamar Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro e sua criação foi sancionada pela Lei nº 4.516, em 1º de dezembro de 1964.

Criado com o objetivo de modernizar e dar agilidade a setores estratégicos da Administração Pública brasileira, o Serpro passou ao longo dos anos por diversas alterações estatutárias para atender demandas estruturais e de Governo, mantendo, no entanto, sua natureza precípua de empresa pública prestadora de serviços de Tecnologia da Informação para o setor público e a sociedade.

Atualmente a empresa é regida pela Lei nº 5.615, de 13 de outubro de 1970, além de outros dispositivos legais que norteiam sua atuação, em especial a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e o Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016. O Decreto 8.945/16, ao regulamentar a Lei nº 13.303/16 determinou taxativamente que a constituição de qualquer empresa estatal deve indicar, em seu Estatuto Social, o relevante interesse coletivo ou o imperativo de segurança nacional que justificou a autorização para a sua criação, nos termos do caput do art. 173 da Constituição Federal de 1988.

Aliado às determinações legais sobre governança das empresas estatais, o Serpro promoveu a revisão do seu Estatuto Social explicitando que suas atividades não só

envolvem relevante interesse coletivo mas, também, segurança nacional, conforme definido no artigo 3º, parágrafo único:

Os serviços prestados pelo Serpro envolvem matérias afetas a imperativos de segurança nacional, essenciais à manutenção da soberania estatal, em especial no tocante à garantia da inviolabilidade dos dados da administração pública federal direta e indireta, **bem como aquelas relacionadas a relevante interesse coletivo**, orientadas ao desenvolvimento e ao emprego de tecnologia brasileira para produção e oferta de produtos e serviços de maneira economicamente justificada. (grifo nosso)

No período de 2016 e 2017, cenário em que a economia flutuava entre características de recessão econômica e de recuperação, com forte impacto sobre o orçamento e as finanças das instituições públicas, mudanças nas políticas e diretrizes do Governo Federal, o Serpro teve que rever sua estratégia empresarial, reorganizar e dar eficiência à estrutura organizacional, bem como buscar fontes alternativas de receitas fora do Orçamento Geral da União.

Diante desse novo desafio e alinhado à missão e ao compromisso de desenvolver soluções digitais para melhorar a gestão do Estado e a vida dos cidadãos, bem como manter sua sustentabilidade econômico-financeira, a empresa teve que focar em ações para atender a múltiplos setores do governo e da sociedade e, ao mesmo tempo, ampliar sua atuação no mercado.

Marcado por uma trajetória de superação e desafios, nesses 53 anos de existência o Serpro consolidou-se como referência em tecnologias digitais para o setor público, aprimorando e desenvolvendo soluções digitais que se incorporaram à vida dos cidadãos e modernizaram o Estado.

São soluções que vão desde as declarações de Imposto de Renda que evoluíram de formulários em papel para aplicativos mobile, de blocos de Nota Fiscal para Notas Fiscais eletrônicas, do excesso de pastas e documentos para o Sistema Integrado de Comércio Exterior - Siscomex e o Porto sem Papel - PSP, além da Certificação Digital, da Carteira Nacional de Habilitação - CNH, do Sistema de Emissão de Passaportes, do Sistema de Notificação Eletrônica - SNE, do Sistema Integrado de Administração Financeira da União - SIAFI, dentre outras.

Para todos os segmentos da sociedade são oferecidas soluções digitais, como o Datavalid – solução para validação em tempo real de informações cadastrais, identidade e biometria de imagens de pessoas físicas e jurídicas – e o API¹ Serpro – conjunto de aplicações desenvolvidas para acesso, de forma estruturada, as informações relativas ao Cadastro de Pessoa Física (CPF), Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), tais como API Consulta CPF, API Consulta CNPJ e API Consulta NF-e.

1 A sigla API refere-se ao termo "Application Programming Interface", que significa "Interface de Programação de Aplicativos".

2. Políticas Públicas

Atento à exigência legal de desenvolver soluções tecnológicas que atendam ao relevante interesse coletivo e à segurança nacional, o Serpro tem por objeto social:

Desenvolver, prover, integrar, comercializar e licenciar soluções em tecnologia da informação, prestar assessoramento, consultoria e assistência técnica no campo de sua especialidade, bem como executar serviços de tratamento de dados e informações, inclusive mediante a disponibilização de acesso a estes e a terceiros, desde que assim autorizado pelo proprietário. (Artigo 3º do Estatuto Social do Serpro, 2016)

O art. 4º do Estatuto Social do Serpro, em observância ao seu objeto social, define as finalidades precípua da empresa:

- a) contribuir para o êxito da gestão e da governança do Estado, em benefício da sociedade;
- b) atender, prioritariamente, aos órgãos dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
- c) aplicar as disponibilidades de sua capacidade técnica e operacional na execução dos serviços de sua especialidade que venham a ser contratados com outros órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal;
- d) viabilizar soluções digitais para modernização e apoio à tomada de decisão, no âmbito da administração pública;
- e) atuar no sentido de racionalizar, simplificar e promover a acessibilidade às soluções em tecnologia da informação destinadas ao setor público e à sociedade; e
- f) incentivar o desenvolvimento do setor de informática pública, de acordo com as diretrizes definidas pelo Governo Federal.

Alinhado ao interesse público e comprometido com a segurança, a qualidade e a confiabilidade dos serviços prestados, o Serpro desenvolve soluções tecnológicas que viabilizam as ações estratégicas do Estado brasileiro e contribuem para a consecução de políticas públicas do Governo Federal.

As soluções desenvolvidas pelo Serpro desburocratizam procedimentos de abertura, fechamento, concessão de crédito e gestão de empresas. Programas como o RedeSimples, o Empreender Mais Simples e o Empreenda Fácil são exemplos de iniciativas que contam com a marca Serpro.

O RedeSimples é um conjunto de sistemas estruturados que foram colocados à disposição do cidadão para simplificar o processo de registro e legalização das pessoas jurídicas como inscrição, alteração e baixa no âmbito da União, dos Estados e dos Municípios. O Empreender Mais Simples, fruto da parceria do Sebrae com o Governo Federal e o Banco do Brasil, prioriza a redução de esforços e de tempo para a liberação de créditos aos micro e pequenos negócios. Essa expertise do Serpro também é utilizada

pela prefeitura de São Paulo no Empreenda Fácil, que visa simplificar e acelerar os processos de abertura, licenciamento e fechamento de empresas.

Plataformas consolidadas como o Portal Único do Comércio Exterior, o Siscomex e o Porto sem Papel reduzem a quantidade de formulários impressos a um único documento digital e aceleram as importações e as exportações. A simplificação desses processos governamentais, sem perder a qualidade da fiscalização, é indispensável para aprimorar o ambiente de negócios no país.

O Serpro, por sua própria natureza, é indissociável para a consolidação e evolução dos serviços públicos digitais. A Cidadania Digital é um dos pilares do Programa Brasil Eficiente e visa simplificar o acesso dos cidadãos brasileiros aos serviços prestados por meio da tecnologia.

A evolução da identificação do cidadão e de seus bens também encontram no Serpro um parceiro indispensável. Em 2017, foram iniciados os serviços da Carteira Nacional de Habilitação - CNH e do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo - CRLV digitais, que dispensam o porte do documento impresso, garantindo, ainda, a confiabilidade na verificação da autenticidade pelos órgãos públicos de trânsito.

Dados sociais e das finanças públicas do país são armazenados ou processados na infraestrutura tecnológica do Serpro. A alta disponibilidade de serviços e de infraestrutura provida pela empresa permite não só a transparência imediata do uso dos recursos financeiros e patrimoniais estatais como a geração de informações para subsidiar a decisão das instituições governamentais sobre as políticas em planejamento e execução.

O Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI e o Portal de Convênios - SICONV contam com a tecnologia do Serpro, permitindo maior transparência e celeridade na execução dos serviços prestados pelo Estado.

O Serpro ainda investe no desenvolvimento de soluções tecnológicas em Software Livre como uma política estratégica que permite otimizar os recursos públicos, incentivar o compartilhamento de conhecimento e estimular a cooperação entre as esferas federal, estadual, municipal, iniciativas do segmento acadêmico e sociedade. Além disso, desenvolve projetos e programas que contemplam questões sociais de acessibilidade e de inclusão digital e apoia as políticas públicas do Governo Federal nessas áreas.

O projeto Menina de TI, implantado em 2016, é uma iniciativa do Serpro que objetiva incentivar a participação e o ingresso de mulheres no mercado e nas universidades de Tecnologia da Informação. Alinhado às políticas governamentais de Equidade de Gênero e Raça, o público-alvo do projeto são adultos e adolescentes matriculadas no Ensino Médio, no Ensino Técnico Profissionalizante e no curso de Educação de Jovens e Adultos - EJA. As atividades do projeto incluem visitas ao centro de dados e ao centro de comando, bem como cursos, oficinas e palestras ofertadas pelo Serpro.

Segurança, qualidade e confiabilidade nos serviços prestados são algumas das características que fazem do Serpro a empresa pública responsável por subsidiar a

Administração Pública do país com soluções, infraestrutura, processos e consultorias técnicas indispensáveis ao planejamento e à execução das políticas públicas do Brasil.

3. Atividades que atendem aos objetivos de políticas públicas

Conforme descrito nos itens 1 e 2, os serviços prestados pelo Serpro envolvem relevante interesse coletivo e imperativos de segurança nacional e suas soluções digitais viabilizam as ações estratégicas do Estado brasileiro. Estas contribuem para a consecução de políticas públicas do Governo Federal, uma vez que o suporte e o desenvolvimento de sistemas estruturantes para o governo são a base tecnológica para o bom funcionamento da administração pública e para a prestação de serviços ao cidadão.

Nesse sentido, o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação - PETI do Serpro 2017-2022 visa assegurar que o direcionamento e a estratégia de Tecnologia da Informação estejam vinculados aos objetivos estratégicos da empresa e alinhados à Estratégia de Governança Digital - EGD.

A EGD, que se propõe ser uma ponte para a aplicação de tecnologia nas políticas públicas, categorizou seus objetivos estratégicos em três eixos: acesso à informação, prestação de serviços e participação social. Esta estratégia pretende promover a simplificação e a agilização na prestação dos serviços públicos, trazendo desafios e oportunidades que caracterizam o contexto no qual o Serpro atua, bem sua contribuição para a consecução desses objetivos.

Desse modo, o eixo acesso à informação é fomentado pelo Serpro por meio do objetivo “Direcionar a TI em função do negócio” do PETI, oferecendo serviços baseados em nuvem, informação e sob medida. Da mesma forma, a empresa desenvolve soluções como o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - Siafe, que padroniza, gere e permite a transparência das finanças públicas. O mesmo vale para o SerproMail – solução de e-mail e colaboração com plataforma integrada disponível para todos órgãos públicos, que apoia a segurança da informação e a comunicação do Estado – como também para tecnologias como as de API para disponibilizar dados e integrar sistemas.

Em relação ao eixo prestação de serviços, o Serpro busca, por meio do objetivo “Diminuir o tempo de entrega de soluções de TI” do PETI, oferecer soluções digitais no melhor time to market aos cidadãos. Soluções como o Estaleiro, a nuvem do Serpro, propiciam uma infraestrutura automatizada, orquestrada e com autosserviços para soluções como a Carteira de Habilitação - CNH Digital.

Quanto ao eixo participação, o objetivo “Transformar inovações tecnológicas em novos negócios” do PETI, visa aprimorar a interação direta entre governo e sociedade por meio de aplicativos em dispositivos móveis, agentes inteligentes (chatbots) ou transações seguras por meio da Blockchain. Novos produtos como o Sistema de Notificação

Eletrônica – SNE, que permite a notificação do proprietário do veículo com rapidez, eficiência e baixo custo para o órgão autuador e, ainda, garante descontos no valor da multa para o cidadão, aprimoram a interação direta entre governo e sociedade.

Ao longo de cinco décadas de existência, o Serpro mantém sua natureza precípua de empresa pública prestadora de serviços de Tecnologia da Informação para o setor público e a sociedade. Nesse sentido, reforçando sua missão de “conectar governo e sociedade com soluções digitais” e o seu compromisso com a segurança, a qualidade e a confiabilidade dos serviços e soluções que levam a marca Serpro, a empresa tem sido um importante agente para a consolidação de tendências de governo digital no Brasil e viabilização de políticas públicas do Governo Federal.

4. Recursos para o custeio e impactos econômico-financeiros decorrentes da operacionalização das políticas públicas

O Serpro viabiliza a consecução de políticas públicas do Governo Federal, por meio da disponibilização de soluções digitais estruturantes para o governo. Estas são a base tecnológica para o bom funcionamento da administração pública e para a prestação de serviços ao cidadão.

Entretanto, a atual conjuntura econômica brasileira, com forte restrição no orçamento público, afeta consideravelmente o Serpro, cuja fonte de recursos advém, sobretudo dos clientes que dependem do Orçamento Geral da União - OGU. Essa restrição pode comprometer a capacidade da empresa em investir em novas tecnologias e infraestrutura para prover as soluções digitais que atendem às políticas públicas do Governo Federal.

Cabe ressaltar que os recursos financeiros destinados ao cumprimento dos objetivos e da administração do Serpro estão definidos no artigo 6º do seu Estatuto Social, destacando-se em especial as dotações que lhe forem consignadas no Orçamento da União e as receitas de qualquer natureza, provenientes do exercício de suas atividades.

5. Atividades desenvolvidas

Reconhecido por desenvolver grandes sistemas estratégicos para o Estado brasileiro e diante dos novos desafios apresentados para manter sua sustentabilidade econômico-financeira, o Serpro ampliou a sua atuação para novos segmentos de mercado.

Sem perder de vista a finalidade para a qual foi criado, o Serpro mantém-se uma estatal que trabalha em prol do Estado e da sociedade, mas que também se abre para

novas possibilidades de serviços, clientes e parcerias. O objetivo é continuar como protagonista da modernização do Estado brasileiro, sendo o principal prestador de serviços em TI do Governo Federal. Mas, além disso, uma empresa que inova e oferece negócios de alto valor agregado aos diversos segmentos de mercado e à sociedade, baseados na sua expertise tecnológica e experiência no tratamento e armazenamento de dados de governo.

Para tanto, a partir do Planejamento Estratégico de 2016, a empresa revisou sua estratégia empresarial, segmentando e reestruturando seus serviços por público – empresas, governo e cidadão – e por linhas de negócio.

O trabalho de segmentação se traduz na identificação dos nichos de mercado, na definição da estratégia de negócio e, conseqüentemente, na execução dos planos de marketing e de vendas para cada segmento mapeado.

Nesse sentido, além da segmentação por público, o portfólio de soluções do Serpro foi estruturado em três linhas de negócio, compostas por soluções e serviços, que agregam benefícios para o governo e a sociedade, conforme descrito a seguir.

Serviços sob Medida

Caracterizam-se por oferecer atendimento altamente personalizado e soluções sob medida, em geral dependentes de projetos de desenvolvimento e ou de infraestrutura, produção continuada e exclusividade para determinados clientes. Essa linha oferece serviços de administração de rede local e de longa distância, consultoria, desenvolvimento e manutenção de software, hospedagem de aplicações e de autoridade certificadora.

Serviços em Nuvem

Direcionada para todos os segmentos de mercado, essa linha abriga serviços multiclientes. São produtos e serviços de prateleira, padronizados ou com baixo grau de personalização, focados na disponibilização de recursos tecnológicos para comercialização em massa, por canais que propiciem o autosserviço e autogestão. Os principais serviços dessa linha são Serpro Drive, SerproMail, Gestão da Margem Consignável, Sistema de Notificação Eletrônica - SNE, Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS, RADAR, Lince e Infovia.

Serviços de Informação

Voltada para todos os segmentos de mercado, essa linha abriga serviços, tecnologias e produtos relacionados à aquisição, ao tratamento, ao armazenamento, à análise, à disponibilização e à comunicação de informações de governo, derivadas das bases de dados do governo hospedadas no Serpro como o DataValid, o Dados como Serviço - DaaS e os APIs Serpro: API Consulta CNPJ, API Consulta CPF, API Consulta NF-e e API Integra SIAFI.

Em 2017 o Serpro contabilizou 1.569 clientes e 1.784 contratos. A seguir serão detalhados os principais clientes e as grandes soluções desenvolvidas pelo Serpro.

PRINCIPAIS CLIENTES

- Advocacia-Geral da União - AGU
- Agências Reguladoras
- Banco Central do Brasil - BACEN
- Banco do Brasil
- Casa da Moeda
- Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro - PRODERJ
- Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF
- Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF
- Controladoria-Geral da União - CGU
- Departamento das Comunidades Brasileiras no Exterior - MRE
- Departamento de Polícia Federal - DPF
- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT
- Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - CORREIOS
- Escola de Administração Fazendária - ESAF
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
- Ministério da Fazenda - MF
- Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC
- Ministério da Justiça - MJ
- Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MP
- Ministério do Trabalho e Emprego - MTE
- Presidência da República - PR
- Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN
- Receita Federal do Brasil - RFB
- Secretaria da Micro e Pequena empresa - SMPE/PR
- Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE
- Secretaria de Governo da Presidência da República
- Secretaria de Políticas Econômica - SPE
- Secretaria de Portos da Presidência da República - SEP/PR
- Secretaria do Tesouro Nacional - STN
- Secretarias de Fazenda Estaduais
- Subsecretaria Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA

- Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA
- Tribunais de Contas dos Municípios
- Tribunais de Justiça
- Tribunal de Contas da União - TCU
- Banco BMG S.A.
- Banco Bonsucesso Consignado S.A.
- Banco Bradesco Financiamento S.A.
- Banco Daycoval S.A.
- Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.
- Banco Itaú BMG Consignado S.A.
- Banco Panamericano S.A.
- Mercados Organizados - CETIP S.A.
- Federação Nacional das Empresas de Seguros, de Capitalização e de Previdência Complementar Aberta
- Autogestão em Saúde - GEAP
- Ice Cartões Especiais Ltda.
- Interprint Ltda.
- Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
- Sabemi Seguradora S.A.
- Thomas Greg & Sons Gráfica e Serviços, Indústria e Comércio, Importação e Exportação de Equipamentos Ltda.
- Valid Soluções e Serviços de Segurança em Meios de Pagamentos e Identificação S.A
- Banco Votorantim S.A.

GRANDES SOLUÇÕES

IRPF E RECEITANET

Cliente: Receita Federal do Brasil

Lançamento: 1968 (IRPF) e 1997 (Receitanet)

O Imposto de Renda da Pessoa Física - IRPF existe há mais de 100 anos. Ao longo desses anos, a parceria entre o Serpro e a RFB contribuiu para o aprimoramento dos serviços com soluções que apoiam a evolução da Administração Pública brasileira e simplificam a vida do cidadão.

Em 2017, com o uso da certificação digital e a utilização de dispositivos móveis, duas demandas especiais do Fisco foram atendidas pelo Serpro: a disponibilização automática das atualizações do programa e a incorporação, ao próprio software, do Receitanet, programa responsável pelo envio da declaração do Imposto de Renda.

Além da transmissão do IRPF, o Receitanet pode ser utilizado para transmitir mais de 30 tipos de declarações para a RFB, sendo um canal de comunicação rápido e direto entre o usuário e a base de dados da Receita, o que proporciona maior segurança e redução de custos. O modelo informatizado adotado pelo país é uma referência mundial em inovação e tecnologia.

IRPF em números:

- Declarações transmitidas em 2017: R\$ 30,6 milhões
- Transmissão por aplicativos (tablets ou celulares) em 2017: 182 mil
- Arrecadações em 2017: R\$ 32,6 bilhões

SPED

Cliente: Receita Federal do Brasil

Lançamento: 2006

O Sistema Público de Escrituração Digital - Sped possibilitou uma nova relação entre as administrações fazendárias e setor produtivo no Brasil. A solução substituiu a emissão de livros e documentos contábeis e fiscais em papel por documentos eletrônicos com certificação digital, garantindo a autoria, a integridade e a validade jurídica dos documentos.

O Sped colocou em prática a Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, que elimina as tradicionais Notas Fiscais em papel. A NF-e é um instrumento de integração da gestão tributária nacional em suas diferentes esferas. Outros módulos do Sped são: Escrituração Contábil Digital - ECD e Escrituração Contábil Fiscal – ECF, que também são utilizados como soluções de modernização dos fiscos no país.

A solução apoia a modernização do processo de cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, fortalecendo o controle e a fiscalização das obrigações fiscais e contribuindo para a redução do denominado “Custo Brasil”.

SPED em números:

- NFe armazenadas e autorizadas em 2017: 2,6 bilhões
- ECD transmitidas em 2017: 939 mil
- ECF transmitidas em 2017: 1,3 milhão

SISCOMEX

Cliente: Receita Federal do Brasil

Lançamento: 1993 (Módulo Exportação) e 1997 (Módulo Importação)

O Sistema Integrado de Comércio Exterior - Siscomex é responsável por integrar as atividades de registro, acompanhamento e controle das operações de comércio exterior, por meio de um fluxo único e automatizado de informações. A solução permite acompanhar tempestivamente a saída e o ingresso de mercadorias no país. Todas essas operações são

realizadas sem geração de papel, reduzindo o tempo e os custos operacionais no comércio exterior, além de diminuir fraudes cambiais e desvios de mercadorias.

SISCOMEX em números:

- empresas Exportadoras Brasileiras em 2017: 25.059
- empresas Importadoras Brasileiras em 2017: 43.063
- Exportações em 2017: US\$ 217.739.177.077
- Importações em 2017: US\$ 150.749.452.949

RENAVAM, RENACH E RENAINF

Cliente: Departamento Nacional de Trânsito

Lançamento: 1986 (Renavam) - 1993 (Renach) - 2004 (Renainf)

O Serpro é parceiro do Departamento Nacional de Trânsito - Denatran, que provê a tecnologia responsável pela administração, dentre outras, de três fundamentais bases nacionais de dados: o Registro Nacional de Veículos Automotores - Renavam, o Registro Nacional de Condutores Habilitados - Renach e o Registro Nacional de Infrações - Renainf. Além de ter desenvolvido duas inovadoras soluções: o Sistema de Notificação Eletrônica e o Radar.

DENATRAN em números:

- Veículos registrados/Brasil em 2017: 42 milhões
- Multa emitidas em 2017: 18,5 milhões

O **Renavam** reúne os cadastros estaduais de veículos em uma base de dados única do Departamento Nacional de Trânsito - Denatran e dentre outras funcionalidades, controla a emissão dos Certificados de Registro dos Veículos - CRV.

Números do Renavam:

- Frota total: 99 milhões
- CRV emitidos em 2017: 16,4 milhões
- Veículos emplacados (novos): 3,1 milhões

O **Renach** controla a emissão da Carteira Nacional de habilitação - CNH de todos os condutores e permite a geração do QR-Code do Lince, código bidimensional compactado e criptografado que contém os dados da CNH, incluindo a foto do condutor, garantindo segurança e integridade do documento, inclusive da versão eletrônica da CNH Digital, lançada em 10 de outubro de 2017.

Números do Renach:

- Condutores Habilitados: 69,7 milhões
- CNH emitidas em 2017: 17,5 milhões

O **Renainf** consolida as todas infrações de trânsito de todos os órgãos atuadores do país e, por meio do Sistema de Notificação Eletrônica - SNE, permite a notificação do proprietário do veículo com rapidez, eficiência e baixo custo para o órgão atuador aderente à solução, e ainda garante desconto de 40% do valor da multa para o cidadão.

Números do Renainf:

- Infrações registradas em 2017: 40,9 milhões

COMPRASNET

Cliente: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Lançamento: 2001

O Portal de Compras do Governo Federal destina-se à realização de licitações, contratações e aquisições promovidas pelas instituições do Governo Federal, por meio do Comprasnet. A tecnologia disponibiliza uma série de facilidades voltadas para o controle e a execução dos processos de contratação além de reunir toda legislação que regulamenta o processo de serviços gerais e de contratação, desburocratizando a participação em processos licitatórios. O Comprasnet mudou a imagem de eficiência do governo frente aos seus fornecedores e cidadãos, gerando transparência, economia, facilidade e rapidez nos processos de aquisições de bens e serviços.

COMPRASNET em números:

- Total Pregões em 2017: 58.157
- Pregões homologados em 2017: 48.040
- Quantidade de Lances em 2017: 44.147.201
- Quantidade de fornecedores participantes em 2017: 41.104
- Valor homologado em 2017: 16,3 bilhões

SIGEPE

Cliente: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Lançamento: 2014

O Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal - Sigepe, desenvolvido em parceria entre o Serpro e a Dataprev, foi criado para subsidiar as políticas de gestão de pessoas e as operações do Governo Federal. Este sistema engloba serviços do tema de negócios Pessoas, ao qual pertencem o Siape e o Sigepe, realizando a gestão dos servidores ativos, aposentados, pensionistas e anistiados políticos do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec. Sua principal atividade é o processamento mensal da folha de pagamento de aproximadamente 1,6 milhões de servidores do Sipec, somando cerca de 120 bilhões ao ano no orçamento federal.

SIGEPE em números:

- Usuários em 2017: 265.201

- Servidores ativos em 2017: 797.129
- Pensionistas, aposentados e instituidores em 2017: 968.737
- Número de carreiras em 2017: 14.286
- Órgãos e entidades atendidos em 2017: mais de 200 (Administração Pública Federal)

SIAFI

Cliente: Secretaria do Tesouro Nacional

Lançamento: 1987

O Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI realiza o processamento e o controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos da administração pública federal direta e indireta, conforme as orientações da Lei Orçamentária Anual - LOA. A eficiência do SIAFI é mundialmente reconhecida, delegações de outros governos periodicamente vêm ao Brasil para conhecer essa solução tecnológica. O uso do sistema é recomendado pelo Fundo Monetário Internacional – FMI.

SIAFI em números:

Usuários ativos em 2017: 90.258

Unidades gestoras usuárias em 2017: 43.147

Órgãos públicos usuários: 569

Transações por ano: 874.899.919

Quanto à constituição dos recursos financeiros destinados ao cumprimento de seus objetivos e à sua administração, estes também estão definidos no artigo 6º do Estatuto Social do Serpro, destacando-se em especial as dotações que lhe forem consignadas no Orçamento da União e as receitas de qualquer natureza, provenientes do exercício de suas atividades.

Mais informações sobre as atividades desenvolvidas podem ser acessadas no portal corporativo do Serpro em <http://www.serpro.gov.br/menu/nosso-portfolio>.

6. Estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos

A estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos do Serpro foi reestruturada em julho de 2016, com a criação da Diretoria de Governança e Gestão - DIGOG, e da Superintendência de Controles, Riscos e Conformidade - SUPCR, responsáveis por direcionar, orientar e coordenar esses temas, bem como gerir o Programa Corporativo de Integridade do Serpro.

A reestruturação dessas áreas viabilizou a instituição do Comitê Estratégico de Governança, Riscos, Controles e Segurança da Informação e da Metodologia de Gestão de Riscos e Controles Internos, bem como a revisão da Política Corporativa de Gestão de

Riscos, Controle Interno e Conformidade, ambos alinhados à Norma Internacional ISO 31000 e às melhores práticas de mercado.

O Comitê Estratégico de Governança, Riscos, Controle e Segurança da Informação tem por objetivo assessorar a Diretoria Executiva quanto à mitigação dos riscos de imagem, operacionais, conformidade, financeiros, segurança da informação e continuidade do negócio, além dos riscos relacionados à fraude, corrupção e desvios éticos.

A Política Corporativa de Gestão de Riscos, Controle Interno e Conformidade estabelece o direcionamento estratégico e determinações para as atividades corporativas de gestão de riscos, controles internos e conformidade, de forma a assegurar sua integração aos processos organizacionais, reduzir a exposição a riscos, danos ao patrimônio e à imagem empresarial, além de fortalecer os mecanismos de governança e o alcance dos objetivos estratégicos do Serpro.

A Metodologia de Gestão de Riscos e Controles Internos permite a implementação, a manutenção e o monitoramento do processo de gestão de riscos em cada segmento da empresa.

De forma complementar, foi implementado o Programa Corporativo de Integridade do Serpro, que conjuga e integra instrumentos e áreas de gestão e de controle, que visam prevenir, detectar, mediar e punir a ocorrência de irregularidades, fraudes, corrupção e desvios éticos que possam vir a ocorrer no âmbito da empresa.

A estrutura de controles internos e de gestão de riscos do Serpro se pauta no modelo das três linhas de defesa², que é uma forma de atribuir responsabilidades a todos os envolvidos além de melhorar a comunicação do gerenciamento de riscos e controles internos, promovendo uma atuação coordenada e eficiente de cada uma dessas linhas dentro do processo de governança corporativa.

As demonstrações contábeis são elaboradas de acordo com a legislação pertinente e as melhores práticas de contabilidade e são avaliadas, trimestralmente, por auditoria independente. Além disso, há um extenso conjunto de controles executados pelas áreas de gestão financeira e de controladoria, para garantir a transparência e a confiabilidade das informações.

Cabe destacar, ainda, a importância da Ouvidoria e da Comissão de Ética do Serpro e de seus principais instrumentos – o Canal de Denúncias e o Código de Ética,

² A primeira linha de defesa, representada pelos empregados e gestores da empresa, é responsável por identificar, avaliar, controlar e mitigar os riscos, guiando o desenvolvimento e a implementação de políticas e procedimentos internos destinados a garantir que as atividades sejam realizadas de acordo com os objetivos empresariais. A segunda linha de defesa, representada pela Superintendência de Controles, Riscos e Conformidade - SUPCR, é responsável pelas funções de gerenciamento de riscos, controles internos e conformidade, de forma a assegurar que as atividades realizadas pela primeira linha sejam desenvolvidas e executadas de forma apropriada. A terceira linha de defesa, representada pela Auditoria Interna, é responsável por avaliar a operacionalização dos controles internos da gestão (primeira linha) e da supervisão dos controles internos (segunda linha), bem como prestar serviços de avaliação e de consultoria nos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos. (Adaptado da Instrução Normativa nº 3, de 09 de junho de 2017, e da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01, de 09 de junho de 2016. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU)

Conduta e Integridade, respectivamente.

O Código de Ética, Conduta e Integridade foi revisto em 2017, com a participação e sugestões dos empregados, para atender às determinações legais. Constitui instrumento corporativo de explicitação dos valores e princípios que fundamentam a conduta pessoal e profissional entre os agentes públicos que atuam na instituição. Esses princípios norteiam os relacionamentos internos e externos com as diferentes partes relacionadas e os segmentos da sociedade, visando alcançar padrão de comportamento ético que proporcione integridade e transparência dos atos praticados na prestação de serviços da empresa.

A Ouvidoria, canal de atendimento ao público interno e externo para a apresentação de reclamações, sugestões, solicitações, denúncias e elogios sobre práticas, procedimentos e processos do Serpro, também foi reestruturada em 2017. As denúncias de irregularidades, fraudes, corrupção e desvios éticos podem ser realizadas diretamente à Ouvidoria, por meio do Canal de Denúncia, disponível no portal corporativo do Serpro, bem como de forma presencial ou por correspondência, telefone e e-mail, resguardado o devido sigilo, a confidencialidade e a identificação do denunciante.

Foi efetuada também uma revisão dos mecanismos de transparência, garantindo a publicação no portal corporativo do Serpro de todas as informações exigidas pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação) e pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (Lei das Estatais).

Por fim, destaca-se a atuação da Auditoria Interna, instância vinculada ao Conselho de Administração e responsável pela avaliação da eficácia dos controles internos e sua conformidade com a legislação, as políticas, os processos e as normas, visando garantir o alcance dos resultados empresariais. Atua, ainda, na prestação de serviços de avaliação e de consultoria nos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos, cujos relatórios são apreciados e aprovados pelos Conselhos de Administração e Fiscal do Serpro.

7. Fatores de Risco

Os fatores de risco do Serpro estão agrupados de acordo com o estabelecido na Política Corporativa de Gestão de Riscos, Controle Interno e Conformidade e na Metodologia de Gestão de Riscos e Controles Internos. Estes passam por processos anuais de revisão, que visam avaliar a conformidade aos objetivos estratégicos e a eficácia das ações de mitigação.

Fragilidades no desempenho da economia brasileira, instabilidades no ambiente político e mudanças regulatórias podem afetar negativamente o resultado e o desempenho financeiro da empresa.

Em relação ao ambiente de atuação, os principais fatores de risco são

identificados e avaliados na realização do Planejamento Estratégico. Nesse sentido, os principais riscos que podem impactar na atuação empresarial são:

- Desembolso de grandes montantes de recursos para pagamento de decisões judiciais em execução;
- Execução parcial dos contratos de receitas;
- Contratos de receita deficitários;
- Indisponibilidade dos serviços;
- Frustração de venda de serviços para o setor privado;
- Frustração na venda de serviços para estados e municípios;
- Crescimento na folha de pagamento acima do planejado;
- Crescimento acima do planejado nas despesas de contratos de TI e contratos administrativos;
- Frustração na venda de soluções multiclientes;
- Atraso na implantação do processo e da ferramenta de entrega de soluções de software sob medida; e
- Restrição na aquisição de infraestrutura.

Em relação aos fornecedores, o principal risco é a dependência tecnológica gerada pela concentração de serviços em tecnologias e soluções de poucos fornecedores. A empresa desenvolve política de ciclo de vida de tecnologia para avaliar este grau de dependência e buscar alternativas para reduzir sua exposição, utilizando, inclusive, software livre.

Nos aspectos regulatórios e legais, o Serpro é afetado por leis, decretos e normas que disciplinam a atuação das empresas estatais, como a Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), as Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, além de outros dispositivos legais da Secretaria de Coordenação e Governança das empresas Estatais - SEST.

Os aspectos regulatórios relacionados à atuação do Serpro também podem ser afetados por decisões dos órgãos de controle e de fiscalização, em especial do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU e do Tribunal de Contas da União - TCU, além do nosso órgão supervisor, o Ministério da Fazenda.

Adicionalmente, por atuar no setor de soluções de Tecnologia da Informação, a empresa também pode ser afetada por decisões da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Há, ainda, os riscos associados às decisões judiciais, em especial aquelas relacionadas aos aspectos trabalhistas, como demandas de empregados que podem gerar passivos trabalhistas consideráveis para a empresa.

A atual conjuntura econômica brasileira, com forte restrição no orçamento público, afeta consideravelmente o Serpro, cuja fonte de recursos advém, sobretudo, do Orçamento Geral da União - OGU. Nesse sentido, um risco contínuo que pode afetar o Serpro, em função de sua concentração de receitas em clientes do Governo Federal, é a restrição de orçamento imposta aos seus clientes, o que tem exigido ações de mitigação e controle para garantir um fluxo de caixa adequado.

Para mitigar esses fatores de risco e garantir sua sustentabilidade empresarial, a empresa tem adotado uma estratégia empresarial voltada à diversificação de sua carteira de clientes e geração de novos negócios, objetivando a redução da dependência destes clientes e a sustentabilidade empresarial.

Essa estratégia já apresenta resultados positivos, haja vista a expansão dos clientes fora do OGU, cuja participação no faturamento da empresa evoluiu de apenas 3%, em 2015, para 5%, em 2016, alcançando o patamar de 8% em 2017. Este fato, somado ao ganho de produtividade e à manutenção do nível de despesas, foi determinante para o alcance do resultado líquido positivo da empresa em 2017.

Em relação aos riscos regulatórios e legais, a empresa desenvolve ações de conformidade e gestão para minimizar o impacto de decisões relacionadas a seus negócios e ambiente de atuação.

8. Políticas e práticas de governança corporativa

O Serpro segue todo o arcabouço legal que direciona e rege a atuação das empresas públicas, bem como o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, e as determinações emitidas por meio de Resoluções CGPAR³.

Nesse sentido, no período de junho de 2016 a dezembro de 2017, observadas as disposições do Estatuto Social do Serpro e a legislação em vigor, em especial a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, foram instituídos e atualizados, dentre outros, os seguintes instrumentos de gestão e de governança corporativa:

- a) **Regimento Interno do Conselho de Administração do Serpro:** estabelece diretrizes e regras que disciplinam o funcionamento adequado do Conselho de Administração. Instituído: Outubro/2017.
- b) **Regulamento de Reuniões da Diretoria Executiva:** estabelece diretrizes e procedimentos para disciplinar a realização de reuniões da Diretoria Executiva. Instituído: Novembro/2017.

³ Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União.

- c) **Regulamento de Licitações e Contratos do Serpro:** disciplina sobre a realização de licitações e contratações no âmbito do Serpro. Instituído: Outubro/2017.
- d) **Regulamento da Auditoria Interna:** instrumento normatizador e orientador com o objetivo de auxiliar a empresa a atingir seus objetivos estratégicos e melhorar a eficácia dos processos de governança corporativa, o gerenciamento de riscos e os controles internos. Instituído: Novembro/2017.
- e) **Código de Ética, Conduta e Integridade do Serpro:** instrumento corporativo de explicitação dos valores e princípios que fundamentam a conduta pessoal e profissional entre os agentes públicos que atuam na instituição. Atualizado: Junho/2017.
- f) **Política Corporativa de Gestão de Riscos, Controle Interno e Conformidade:** estabelece o direcionamento estratégico e determinações para as atividades corporativas de gestão de riscos, controles internos e conformidade, de forma a assegurar sua integração aos processos organizacionais, reduzir a exposição a riscos, danos ao patrimônio e à imagem empresarial; além de fortalecer os mecanismos de governança e o alcance dos objetivos estratégicos do Serpro. Atualizada: Dezembro/2016.
- g) **Programa Corporativo de Integridade do Serpro – PCINT:** componente do sistema de governança empresarial que conjuga e integra instrumentos e áreas de gestão e de controle, que visam prevenir, detectar, punir e remediar a ocorrência de irregularidades, fraudes, corrupção e desvios éticos que possam vir a ocorrer no âmbito da empresa. Lançamento: Março/2017 – Atualizado: Dezembro/2017.
- h) **Comitê de Elegibilidade:** responsável por opinar, de modo a auxiliar a União na indicação de administradores e Conselheiros Fiscais sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para as respectivas eleições; e verificar a conformidade do processo de avaliação dos administradores e dos Conselheiros Fiscais. Instituído: Março/2017.

Aderente às disposições legais e regulamentares, o Serpro instituiu, ainda, as políticas de divulgação de informações relevantes, de transação com partes relacionadas, de distribuição de dividendos e de porta-vozes, bem como os comitês estratégicos de Negócios, de Governança de Tecnologia da Informação e de Governança, Riscos, Controles e Segurança da informação.

Além dos instrumentos de gestão e de governança corporativa explicitados acima, destacam-se os processos de avaliação de desempenho dos administradores, Conselho Fiscal e Comitês Estatutários, bem como a realização de ações educacionais em governança corporativa, descritos a seguir.

I. Avaliação de desempenho do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva e dos Comitês Estatutários

As avaliações de desempenho do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva foram implantadas em 30 de junho de 2012, em cumprimento à Resolução CGPAR nº 3, de 31 de dezembro de 2010. A sistemática é realizada semestralmente e objetiva aprimorar as práticas de governança corporativa, bem como subsidiar decisão a respeito do processo de recondução dos administradores do Serpro.

Em função das novas determinações trazidas pela Lei nº 13.303/16 e pelo Decreto nº 8.945/16, a sistemática será revista para inclusão da avaliação de desempenho dos membros do Conselho Fiscal e dos Comitês Estatutários, e redefinição da periodicidade, critérios e requisitos mínimos a serem observados no processo.

Nesse sentido, conforme definido na legislação referenciada, os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva e dos Comitês Estatutários serão submetidos a avaliação de desempenho, individual e coletiva, de periodicidade anual. Na avaliação anual de desempenho serão observados, dentre outros critérios a serem definidos, os seguintes quesitos mínimos legais:

- exposição dos atos de gestão praticados quanto à licitude e à eficácia da ação administrativa;
- contribuição para o resultado do exercício; e
- consecução dos objetivos estabelecidos no plano de negócios e atendimento à estratégia de longo prazo.

II. Realização de ações educacionais em governança corporativa

Em 2017, a Universidade Corporativa do Serpro promoveu ações educacionais voltadas à temática Governança Corporativa para os gestores e empregados do corpo funcional. Nesse sentido, em atendimento à Lei nº 13.303/16 e ao Decreto nº 8.945/16, foi ministrado, em novembro de 2017, o curso Melhores Práticas de Governança Corporativa para os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva e do Comitê de Elegibilidade.

No decorrer de 2017, como parte integrante da Grade Básica do Gestor (Ciclo 2017) destinada aos ocupantes de Função de Confiança de natureza gerencial, de assessoramento e de supervisão, foram ministradas as seguintes palestras: Gestão de Riscos e Controles Internos, Gestão Financeira, Integridade no Serpro – Conceitos Essenciais e Conformidade Institucional – Conceitos Básicos. Para o corpo funcional (empregados sem função de confiança), foi realizada palestra com o tema Ética e Boa Governança no Setor Público.

O Serpro, em parceria com a Alliance for Integrity⁴ e a Corregedoria Geral do Distrito

⁴ Iniciativa global fomentada pelo Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha (BMZ) e implementada pela Agência de Cooperação Alemã GIZ.

Federal - CGDF, realizou, em outubro de 2017, o evento Debates para Integridade – Diálogo Público Privado, que teve como objetivo promover e discutir a temática integridade entre as empresas, parceiros de negócios e outros atores relevantes do sistema econômico.

Destacam-se, ainda, ações de comunicação interna por meio da disponibilização de vídeos de curta duração, gravados com auditores do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU, denominados Pílulas da Integridade. Foram veiculados 12 vídeos para os empregados e terceiros que se relacionam com a empresa, buscando sensibilizá-los para a importância da temática Integridade.

9. Dados econômicos e financeiros

Após dois anos consecutivos de prejuízos, o Serpro apresentou lucro líquido de R\$ 123 milhões em 2017, conforme demonstrado no Quadro 1.

DISCRIMINAÇÃO	2016	2017
Resultado	R\$ milhões	R\$ milhões
Receita Líquida	2.138	2.383
Despesa operacional	2.320	2.123
Resultado Líquido	-162	123
Valores patrimoniais	R\$ milhões	R\$ milhões
Imobilizado e intangível	608	560
Patrimônio líquido	410	636
Principais indicadores	%	%
Liquidez corrente	0,8	1,0
Margem líquida	-7,6	5,2
Margem EBITDA	-2,1	13,3

Quadro 1 - Comparativo econômico-financeiro 2016/2017.

Esse resultado foi construído pelo incremento de 11,5% da receita operacional líquida. Por outro lado, houve também um decréscimo de 8,5% das despesas operacionais, resultante, basicamente, da combinação dos seguintes fatos:

- Redução de 0,8% das despesas com pessoal e benefícios, em face da queda de 4,1% do total das remunerações, que é o principal componente das despesas, sendo que o percentual da folha de pagamento em relação à receita líquida retrocedeu de 76%, em 2016, para 68% em 2017;
- Redução de R\$ 169 milhões das despesas judiciais, resultante de melhorias

implementadas na gestão das ações judiciais, inclusive quanto à efetivação de acordos trabalhistas por ocasião da liquidação de processos;

- c) Recuo das despesas de locação de software e de hardware (5,1%), serviços de telecomunicações (48,9%) e serviços profissionais contratados (7,1%), que resultaram numa economia de R\$ 46,5 milhões, em face de ajustes implementados no conjunto dos gastos empresariais; e
- d) Resultado financeiro relativamente equilibrado, com impacto positivo de R\$ 37 milhões sobre o resultado líquido.

No que se refere ao patrimônio líquido (PL), a ampliação de R\$ 226 milhões deveu-se aos seguintes eventos:

- i. Lucro líquido de R\$ 123 milhões; e
- ii. Reavaliação atuarial dos benefícios pós-emprego junto ao plano de previdência complementar, o que implicou redução do passivo, cuja contrapartida líquida resultou na ampliação de R\$ 103,1 milhões do PL.

Em termos financeiros, o índice de liquidez corrente alcançou o equilíbrio no último bimestre de 2017, o que significa que as disponibilidades de recursos, a curto prazo, tornaram-se suficientes para cobrir as obrigações a pagar no horizonte dos próximos doze meses. Esta melhoria de liquidez deveu-se ao acréscimo, em média, das disponibilidades mensais de caixa, o que tornou possível reduzir o passivo circulante, especialmente as obrigações junto aos fornecedores.

Adicionalmente, a melhoria de desempenho da margem EBITDA refletiu a expansão da receita operacional líquida, assim como a redução das despesas operacionais, em especial de natureza judicial e serviços de comunicações.

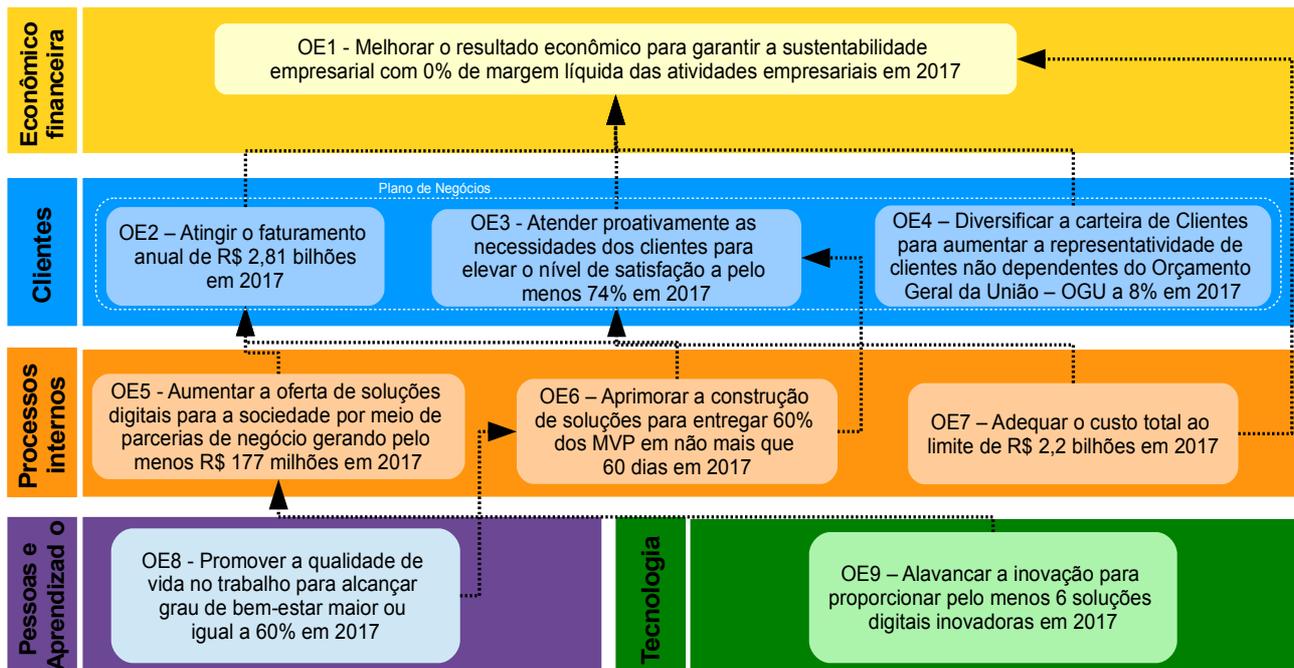
Ressalte-se que houve modificação na metodologia de cálculo dos indicadores no exercício de 2016. Os indicadores – margem líquida e margem EBITDA – eram calculados pela rubrica gerencial “Resultado das Atividades Empresariais” em vez de “Resultado Líquido”. Em 2017, para efeitos de comparabilidade com o mercado, os indicadores voltaram a ser calculados conforme o Resultado Líquido.

10. Comentários dos administradores sobre o cumprimento das metas e dos resultados dos planos de estratégia e de negócio

O ano de 2017 foi bastante desafiador. A conjuntura do país no campo fiscal, com forte restrição orçamentária afetou consideravelmente o Serpro, cuja fonte de recursos advém, sobretudo, do Orçamento Geral da União - OGU. Somando-se a este cenário, a empresa registrava dois anos consecutivos de prejuízos. Isso gerou a necessidade de a

empresa ser fortemente direcionada por uma estratégia com metas claras e desafiadoras para alcançar o equilíbrio econômico.

O mapa estratégico está estruturado em cinco perspectivas e contempla os objetivos estratégicos aprovados pelo Conselho de Administração para o Ciclo 2017, conforme demonstrado a seguir:



Mapa Estratégico – Ciclo 2017

Dos nove objetivos estratégicos definidos para 2017, oito foram aferidos. Destes, sete foram atingidos. O OE4 não alcançou a meta, mas ficou bem próximo, realizando 97% do previsto, e o OE8 não foi apurado. Este desempenho é o melhor desde 2003.

A seguir são apresentados os resultados dos objetivos estratégicos por perspectiva.

Econômico-Financeira

- OE1 - Margem líquida: 7,55%; superando a meta de 0%.

Clientes

O Plano de Negócios do Serpro está contemplado nesta perspectiva e é representado pelos seguintes objetivos:

- OE2 - Aumento do faturamento: R\$ 2,93 bi; atingindo 104% da meta.
- OE3 - Elevação do nível de satisfação dos clientes: 80,4%; atingindo 109% da meta.
- OE4 - Diversificação da carteira de negócios: 7,77%; realizando 97% da meta.

Processos Internos

- OE5 - Aumentar a oferta de soluções digitais para a sociedade por meio de parcerias: R\$ 177 milhões; atingindo 102% da meta.
- OE6 - Aprimorar a construção de soluções para entregar os MVP em não mais que 60 dias: 60%; atingindo 125% da meta.
- OE7 - Adequar o custo total: R\$ 2,2 bilhões, atingindo 104% da meta.

Pessoas e Aprendizado

- OE8 - Promover a qualidade de vida no trabalho: indicador não aferido.

Tecnologia

- OE9 - Alavancar a inovação para soluções digitais: 6 soluções inovadoras; atingindo 100% da meta.

A estratégia adotada focou na recuperação econômica e nos novos segmentos de mercado. Superou a principal meta do planejamento estratégico, alcançando uma margem líquida de 7,55%. Além desse expressivo resultado, destaca-se o aumento no faturamento, a expansão dos clientes fora do OGU e o reconhecimento dos clientes quanto à melhora na satisfação com o Serpro, chegando a um índice de satisfação geral dos clientes de 80,4%. Esses fatos somados ao ganho de produtividade e à manutenção do nível de despesas foram determinantes para os resultados deste ano.

O Conselho de Administração do Serpro procedeu à análise do cumprimento das metas e resultados na execução dos planos estratégico e de negócios, aprovando os resultados referentes ao exercício de 2017, nos termos do artigo 23, parágrafo segundo, da Lei nº 13.303/16.

11. Modelo de Governança Corporativa do Serpro

A estrutura de governança corporativa do Serpro destaca o elo da Diretoria Executiva com as instâncias de governança e de gestão a fim de otimizar o desempenho da empresa e o relacionamento com as partes interessadas, conforme demonstrado na figura 1.

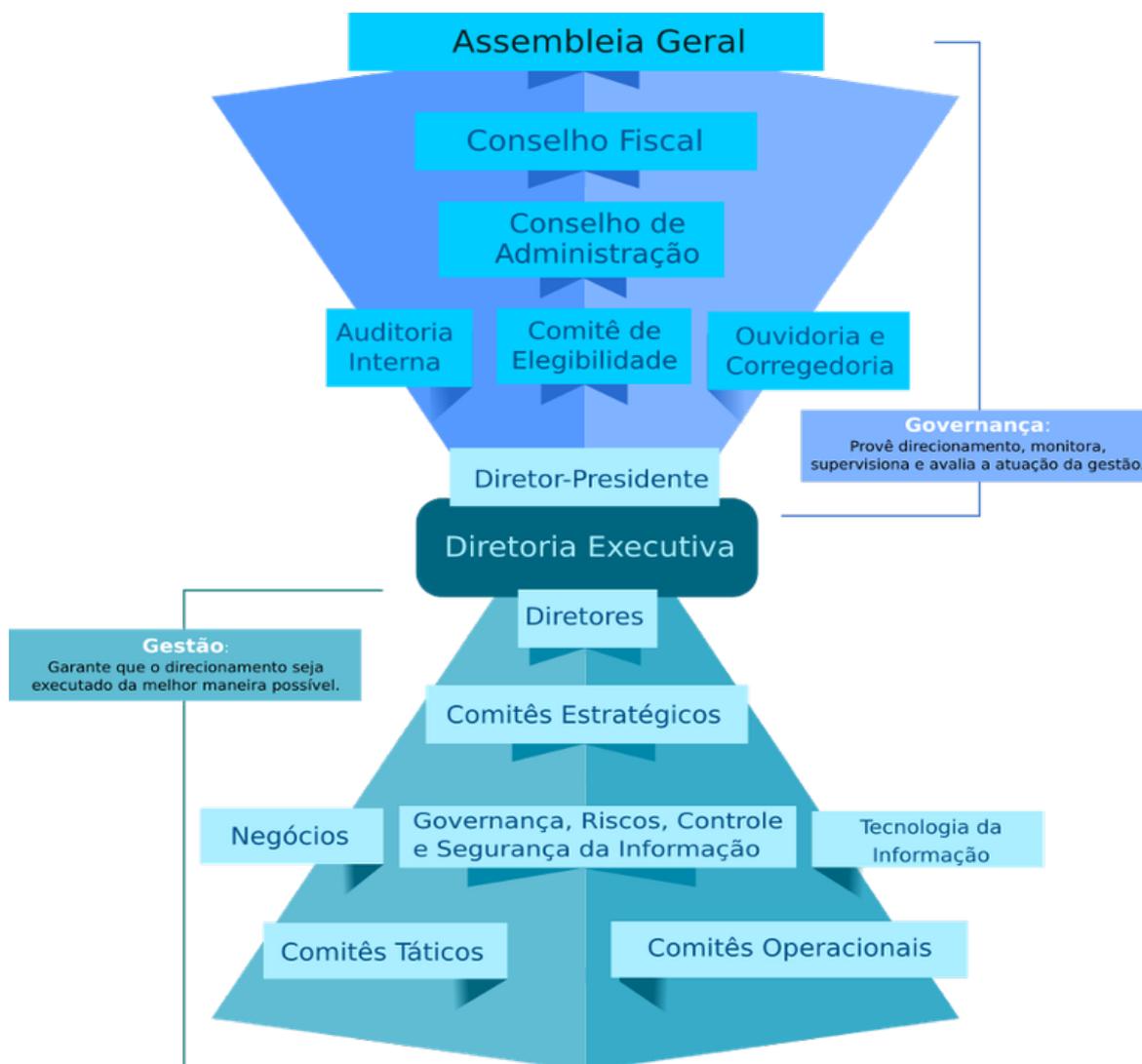


Figura 1 - Estrutura de Governança Corporativa do Serpro

A **governança** direciona, monitora e avalia a atuação da gestão com foco no atendimento da estratégia organizacional e das expectativas das partes interessadas.

Enquanto a **gestão** é responsável pela administração dos recursos de forma a realizar estratégia organizacional e os processos empresariais.

A estrutura de governança e gestão empresarial do Serpro é composta pelos seguintes órgãos:

- **Assembleia Geral:** o órgão máximo da empresa. A Assembleia Geral do Serpro, criada pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, é convocada e instalada nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e do Estatuto Social e tem poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto da empresa

em nome do acionista.

- **Conselho de Administração:** órgão de administração superior do Serpro. O Conselho de Administração é uma instância de natureza colegiada e deliberativa dentro de suas competências e responsabilidades, nos termos da Lei e do Estatuto Social. É formado por sete membros: quatro indicados pelo Ministério da Fazenda, sendo dois deles independentes, um membro indicado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, um membro representante dos empregados e o diretor-presidente do Serpro.
- **Conselho Fiscal:** órgão de caráter permanente. O Conselho Fiscal é um órgão fiscalizador e independente, que busca, por meio dos princípios da transparência, equidade e prestação de contas, contribuir para o melhor desempenho da empresa. Deve atuar como instrumento legal de implementação de uma política ativa de boas práticas de governança corporativa, direcionada especialmente para a transparência e controle dos atos internos da empresa. É composto por três membros efetivos e igual número de suplentes, designados pelo Ministro de Estado da Fazenda, sendo um deles representante do Tesouro Nacional.
- **Diretoria Executiva:** órgão colegiado responsável pelo exercício das atribuições decisórias concernentes às finalidades do Serpro, de forma colegiada ou individual. É composta por sete membros nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado da Fazenda: um diretor-presidente, um diretor-superintendente e cinco diretores, sendo que, pelo menos dois são escolhidos entre os empregados do Serpro.
- **Auditoria Interna:** órgão vinculado ao Conselho de Administração do Serpro, com atribuições e competências mínimas fixadas em lei e pelo Estatuto Social. A execução de suas atividades típicas são restritas, de modo a evitar o desvio de funções e preservar sua isenção e imparcialidade. Sem prejuízo das atividades típicas de auditoria, presta serviços de avaliação e de consultoria ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e à Diretoria Executiva nos processos de governança, gerenciamento de riscos e controles internos.
- **Ouvidoria e Corregedoria:** órgãos vinculados ao diretor-presidente e geridos de forma integrada por uma coordenação estratégica. A **Ouvidoria** é um canal de atendimento ao público interno e externo para a apresentação de reclamações, sugestões, solicitações, denúncias e elogios sobre práticas, procedimentos e processos do Serpro, de modo a fomentar a participação da sociedade na avaliação dos serviços prestados pela empresa. A **Corregedoria** é responsável pelas atividades correccionais e a gestão dos processos disciplinares.
- **Comitês Estatutários**⁵: vinculados ao Conselho de Administração do Serpro, responsáveis pelo assessoramento quanto ao cumprimento das responsabilidades de orientação e direção superior da empresa, conforme definido em lei e no

⁵ A criação do Comitê de Auditoria - COAUD está em trâmite no MP-SEST, no âmbito da proposta de alteração do Estatuto Social do Serpro.

Estatuto Social da empresa. Atualmente, o Serpro conta com o Comitê de Elegibilidade, constituído pelos titulares das unidades de Gestão de Pessoas, Gestão de Riscos, Consultoria Jurídica e pelo representante dos empregados no Conselho de Administração.

- **Comitês Estratégicos, Táticos e Operacionais:** a Diretoria Executiva conta com o assessoramento de comitês para auxiliar na tomada de decisões. Os **Comitês Estratégicos** são instâncias de apoio à Diretoria Executiva na formulação de estratégias e de políticas, enquanto os **Comitês Táticos** e **Operacionais** apoiam os gestores.

12. Descrição da composição e da remuneração dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal

Compete à Assembleia Geral, na forma da lei e do Estatuto Social do Serpro, após aprovação prévia da Secretaria de Coordenação e Governança das empresas Estatais - SEST, deliberar sobre a fixação do montante global da remuneração dos administradores – membros da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração –, bem como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, observadas as disposições a seguir:

- a) A remuneração mensal devida aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, será fixada, anualmente, pela Assembleia Geral e não excederá, em nenhuma hipótese, a 10% (dez por cento) da remuneração mensal média dos Diretores do Serpro, nos termos do artigo 1º da Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996, e do Estatuto Social do Serpro; e
- b) A Assembleia Geral fixará o montante global ou individual da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado, nos termos do artigo 152 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Nesse sentido, a Assembleia Geral Ordinária do Serpro, realizada em 26 de abril de 2017, após manifestação favorável da SEST, determinou, dentre outras ações, a fixação:

- a) da remuneração global dos administradores do Serpro para o período de abril de 2017 a março de 2018, no valor de até R\$ 6.539.764,65 (seis milhões, quinhentos e trinta e nove mil, setecentos e sessenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos); e
- b) dos honorários mensais dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos ao adicional de férias.

A descrição da composição e da remuneração dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal referentes ao exercício de 2017 estão demonstradas nas tabelas abaixo:

TABELA 1 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

REMUNERAÇÃO DOS DIRETORES ¹	EXERCÍCIO 2017
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)²	2.905.033,27
a) salário e pró-labore	2.519.131,72
b) benefícios diretos e indiretos	183.815,96
c) remuneração por participação em comitês	0,00
d) outros	202.085,59
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)³	79.853,13
e) bônus	0,00
f) participação nos resultados	0,00
g) remuneração por participação em reuniões	0,00
h) comissões	0,00
i) outros	79.853,13
III – Total da Remuneração (I + II)	2.984.886,40
IV – Benefícios pós-emprego	0,00
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00
VI – Remuneração baseada em ações	0,00

¹ O cargo de Diretor-Superintendente encontra-se vago.

² I - Remuneração Fixa (a+b+c+d): a) Honorários, 13º salário (quando houver), 1/3 de férias; b) Auxílio-Alimentação, Planos de Saúde e Odontológico, Previdência Complementar, Auxílio Moradia e Auxílio-Creche; e d) Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

³ II - Remuneração variável (e+f+g+h+i): i) Retroativo autorizado pela Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda (SE-MF) referente ao período janeiro/16 a dezembro/16, pago em janeiro/17, e remuneração de substituto.

TABELA 2 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS DE ADMINISTRAÇÃO	EXERCÍCIO 2017 ²
I – Remuneração Fixa	-
II – Salário ou pró-labore ¹	260.177,66
III – Total da remuneração	260.177,66

¹ Valor referente ao cargo de Conselheiro de Administração: de janeiro/17 a março/17 = R\$ 3.697,51 e de abril /17 a dezembro/17 = R\$ 3.413,08.

² Retroativo autorizado pela Secretaria-Executiva do Ministério da Fazenda (SE-MF) referente ao período janeiro/16 a dezembro/16, pago em janeiro/17.

TABELA 3 – COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS FISCAIS	EXERCÍCIO 2017
I – Remuneração Fixa	-
II – Salário ou pró-labore ¹	137.375,14
III – Total da remuneração	137.375,14

¹ Valor referente ao cargo de Conselheiro Fiscal: de janeiro/17 a março/17 = R\$ 3.697,51 e de abril /17 a dezembro/17 = R\$ 3.413,08.

TABELA 4 – REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DA DIRETORIA EXECUTIVA

DIRETORES ²	MANDATO		REMUNERAÇÃO	
	INÍCIO	FIM	MÉDIA MENSAL	EXERCÍCIO 2017 ³
Maria da Glória Guimarães dos Santos¹	23/05/2016	22/05/2020	40.654,43	487.853,16
André de Cesero	23/05/2016	22/05/2020	35.096,38	421.156,58
Antônio de Pádua Ferreira Passos	08/12/2016	07/12/2018	33.591,31	403.095,74
Antônio Luiz Fuschino	15/05/2015	14/05/2019	36.016,81	432.201,77
Iran Martins Porto Júnior	23/05/2016	22/05/2020	35.506,46	426.077,50
Izabel Cristina da Costa Freitas	23/05/2016	22/05/2020	35.716,67	428.600,09
				2.598.984,84

¹ Diretora-Presidente do Serpro.

² O cargo de Diretor-Superintendente encontra-se vago.

³ Os valores informados referem-se aos honorários fixos, 1/3 de férias, remuneração de substituto e retroativo.

TABELA 5 – REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS DE ADMINISTRAÇÃO

CONSELHEIROS DE ADMINISTRAÇÃO	MANDATO		REMUNERAÇÃO	
	INÍCIO	FIM	MÉDIA MENSAL	EXERCÍCIO 2017
Nerylson Lima da Silva¹	28/07/2014	27/07/2017²	3.628,77	43.545,18
Iêda Aparecida de Moura	06/08/2015	05/08/2018	3.628,77	43.545,18
Igor Montezuma Sales Farias	04/04/2016	03/04/2019	3.627,16	43.525,90
Marcelo Daniel Pagotti	27/07/2016	26/07/2019	3.567,10	42.805,19
Maria da Glória Guimarães dos Santos ³	23/05/2016	22/05/2020	3.600,92	43.211,03
Nina Maria Arcela	16/03/2016	15/03/2019	3.628,77	43.545,18
				260.177,66

¹ Presidente do Conselho de Administração do Serpro.

² O processo de recondução do Conselheiro Nerylson Lima da Silva encontra-se em trâmite, nos termos da legislação em vigor. Sua permanência no cargo está respaldada pela Lei nº 6.404/76.

³ Mandato coincidente com o período em que ocupar o cargo de Diretora-Presidente do Serpro.

TABELA 6 – REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS FISCAIS

CONSELHEIROS FISCAIS	MANDATO		REMUNERAÇÃO	
	INÍCIO	FIM	MÉDIA MENSAL	EXERCÍCIO 2017
MANDATO ENCERRADO				
(T) Carlos Higino Ribeiro de Alencar ¹	16/03/2016	15/03/2017	4.456,29	25.103,76
(S) Maria D'arc Lopes Beserra	07/06/2016	06/06/2017	0,00	0,00
(T) Claudenir Brito Pereira	22/12/2016	18/06/2017	4.360,04	24.561,58
(S) Sarah Tarsila ²	29/05/2016	28/05/2017	656,36	3.697,51
(T) Clécio Luiz da Costa Vieira ³	07/06/2016	06/06/2017	3.727,13	27.580,77
(S) Stela Maris Monteiro Simão ⁴	02/05/2016	01/05/2017	487,28	3.605,85
MANDATO VIGENTE				
(T) César Almeida de Meneses Silva	19/06/2017	18/06/2019	2.821,01	18.430,63
(S) Maria D'arc Lopes Beserra ⁵	07/06/2017	06/06/2019	0,00	0,00
(T) Manoel Joaquim de Carvalho Filho⁶	19/06/2017	18/06/2019	2.821,01	18.430,63
(S) Luis Felipe Vital Nunes Pereira	19/06/2017	18/06/2019	0,00	0,00
(T) Jersilene de Souza Moura	11/08/2017	10/08/2019	2.349,18	15.964,41
(S) Annalina Cavicchiolo Trigo	11/08/2017	10/08/2019	0,00	0,00
				137.375,14

(T) Titular (S) Suplente

¹ Permaneceu no exercício do cargo até 18/06/2017, nos termos do Estatuto Social do Serpro.

² Permaneceu no exercício do cargo até 18/06/2017, nos termos do Estatuto Social do Serpro.

³ Permaneceu no exercício do cargo até 10/08/2017, nos termos do Estatuto Social do Serpro.

⁴ Permaneceu no exercício do cargo até 10/08/2017, nos termos do Estatuto Social do Serpro.

⁵ Conselheira reconduzida para o cargo, nos termos do Estatuto Social do Serpro.

⁶ Presidente do Conselho Fiscal do Serpro.

Mensagem Final

Líder no mercado de TI para o setor público, com sua robusta infraestrutura tecnológica, presença nacional e ampla experiência no desenvolvimento de soluções digitais que conectam governo e sociedade, o Serpro vem cumprindo o seu papel e reafirmando o compromisso de reduzir a burocracia, aproximar governo e sociedade e diminuir as fronteiras entre as várias instituições públicas, de forma segura, confiável, inovadora, ágil e eficiente, contribuindo eficazmente para a consecução dos objetivos de políticas públicas e de governança corporativa.

Conselho de Administração do Serpro